

Fiscalização resgatou 1.443 de trabalho escravo neste ano; quase o triplo de 2022

Ações contra o trabalho infantil resgataram mais de mil crianças e adolescentes. Governo abrirá concurso com 900 vagas para auditor-fiscal

© Publicado: 20 Junho, 2023 - 13h56 | Última modificação: 20 Junho, 2023 - 14h06

Escrito por: Redação CUT

MTE / DIVULGAÇÃO



Fiscalização no final de maio, no Ceará

De janeiro até o último dia 14 deste mês, as ações de fiscalização resgataram 1.443 pessoas da situação de trabalho análogo à escravidão no Brasil, segundo balanço divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O número de resgate é quase o triplo do ano passado que teve 61 ações e 500 trabalhadores resgatados. Ao todo foram fiscalizados 174 estabelecimentos e realizado o pagamento de verbas salariais e rescisórias no valor de mais de R\$ 6,9 milhões.

Entre os estados, Goiás teve 390 resgates neste ano, seguido do Rio Grande do Sul, com 304. Foi neste último estado em que ocorreu o caso das **vinícolas na Serra Gaúcha** que ganhou repercussão internacional. Cultivo de cana de açúcar, apoio à pecuária, cultivo de uva e construção de estações elétricas se destacaram entre os setores com mais casos. Os novos dados mostram que desde 1995 foram resgatadas 61.711 pessoas, sendo 55.429 em áreas rurais e 6.282 em regiões urbanas.

Trabalho infantil

O MTE informou ainda que as ações fiscais deste ano indicam mais de mil crianças e adolescentes, de 8 a 17 anos, retiradas de trabalho infantil. Somente de abril a junho, “foram afastados 416 crianças e adolescentes de trabalho proibido a menores de 18 anos em vários estados”. O maior número de ocorrências foi registrado em Mato Grosso do Sul (124), São Paulo (60) e Minas Gerais (54), Espírito Santo (39) e Pernambuco (38).

“Alguns deles foram encontrados em atividades elencadas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Decreto nº 6.481/2008), como trabalho na construção civil, venda de bebidas alcoólicas, coleta de lixo, oficinas mecânicas, lava jatos e comércio ambulante em logradouros públicos, atividades que acarretam graves riscos ocupacionais e repercussões à saúde das crianças e dos adolescentes.”

Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), houve o crescimento do trabalho escravo e infantil, porque a pobreza e vulnerabilidade dos trabalhadores aumentaram, em razão da precarização do trabalho e da pandemia. “Mas a Inspeção do Trabalho diminuiu, quando mais o país precisa dela”, informou o sindicato.

Vagas para atuar na fiscalização

Formados em 1995, os grupos móveis de fiscalização do MTE atuam em parceria com outros órgãos públicos, como Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Ministério Público do Trabalho (MPT), Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal (MPF).

Atualmente o déficit de auditores chega a quase 50% dos cargos autorizados. São apenas 1.940 funcionários atuam na fiscalização, de acordo com o Sinait.

Na última sexta-feira (16), ao anunciar concursos para 4.436 cargos, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos incluiu abertura de 900 vagas para auditor-fiscal do trabalho. Segundo o governo, o último concurso ocorreu em 2013. O concurso daquele ano para 100 vagas, não repôs nem o número de servidores que se aposentou naquele ano. Já a de 2023 será a maior seleção para a carreira, de acordo com o sindicato da categoria.

Estados com maior número resgatados do trabalho escravo

Goiás – 390

Rio Grande do Sul – 304

Minas Gerais – 207

São Paulo – 184

Dados e denúncias

Os dados oficiais das ações de combate ao trabalho análogo à escravidão no Brasil estão disponíveis no Radar do Trabalho Escravo da SIT, no seguinte endereço: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/> e as denúncias podem ser feitas, de forma remota e sigilosa, no Sistema Ipê, lançado em 2020 pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O sistema é exclusivo para o recebimento de denúncias e tem versões em inglês, espanhol e francês, com o objetivo de melhor atender aos trabalhadores migrantes de outras nacionalidades.

Com informações da **RBA**